



Prefeitura anuncia projeto de emprego para deficientes

DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Santos vai encaminhar hoje à Câmara um projeto que prevê a contratação de 20 pessoas com deficiência intelectual entre 18 e 40 anos. O objetivo é incorporá-las ao setor da Cultura.

O prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) considera que, se o texto virar lei, pessoas com deficiência intelectual poderão “atuar nas mais diversas áreas da cultura do Município. Vão poder trabalhar na parte receptiva, de produção e difusão cultural, no receptivo de eventos”.

Barbosa diz que a seleção será feita por dois servidores e um profissional especialista em inclusão social. Os contratos terão validade por um ano, com bolsa mensal de um salário mínimo (R\$ 998,00).

“Esse trabalho será fundamental para melhorar ainda mais a cultura do Município, cumprindo um objetivo importante, que é a questão da inclusão”, diz.

Os contratados terão vínculo direto com o Município. O prefeito informou que todas as pessoas com deficiência intelectual contratadas serão treinadas, ca-

pacitadas e terão acompanhamento especial.

Hoje, os profissionais com deficiência intelectual da Prefeitura atuam por meio de convênios com projetos sociais e ONGs. “A Prefeitura vai dar voz e vez a essas pessoas.”

PIC

O prefeito comentou que nesta noite, às 19 horas, será lançado o Programa de Inclusão Cultural (PIC), no Teatro Guarany, na Praça dos Andradas, 100, no Centro Histórico.

Segundo Barbosa, o evento tem como objetivo pres-



Câmara de Santos receberá hoje projeto enviado por Paulo Barbosa

tar informações e acabar com preconceitos. O palestrante será Romeu Sasaki,

considerado o “pai da inclusão” e especialista em Educação Inclusiva, Reabilita-

ção Profissional e Emprego Apoiado.

SEGREGAÇÃO

Jornalista e autor do blog Vencer Limites, Luiz Alexandre Souza Ventura comenta que, de todas as deficiências, a intelectual é a que mais leva à segregação, pois é abstrata. Não se constroem rampas nem se propõem linguagem de sinais ou softwares como o que se oferece para cegos, compara ele.

“É preciso aplicar a metodologia de emprego apoiado”, sugere. Significa, ainda segundo Ventura, proporcionar acompanhamento especializado para que pessoas com deficiência tenham condições de participar e contribuir no segmento em que foram empregadas.

Para a gaveta

Por 12 votos a 5, a Câmara de Santos acolheu, na noite de ontem, o veto do prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) ao Projeto de Lei 22/2019, que previa a proibição da instalação de cavas subaquáticas no Município.

Solidariedade

O autor da proposta, o vereador Chico Nogueira (PT), argumentou bastante, mas conseguiu apenas o apoio de Audrey Kleys (PP), Benedito Furtado (PSB), Telma de Souza (PT) e Fabrício Cardoso (PSB), que elogiou a iniciativa do petista.



CONTRA PUNTO

Por Carlos Rattton e colaboradores



IM R BLUEN/DIÁRIO DO LITORAL

Preocupada com manchas. Preocupada com a expansão das manchas de óleo na costa brasileira, a vereadora santista Telma de Souza (PT) está cobrando ações preventivas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente sobre o assunto. Como o resíduo se alastrou pelas praias nordestinas e já coloca em risco o litoral do Espírito Santo, Telma defende que é preciso um plano emergencial antes que a contaminação chegue às praias de Santos. Um requerimento semelhante foi apresentado pelo vereador guarujaense Fernando Martins dos Santos, o Fernando Peitola (PSDB).

Plano. "As manchas de óleo já possuem potencial de alcance às praias capixabas, principalmente em cidades como Conceição da Barra, São Matheus e Linhares. Santos não pode esperar chegar aqui para começar a pensar em tomar providências. Um plano preventivo já deve estar em execução, para que não tenhamos danos maiores", pontua a vereadora, que questiona se há monitoramento de risco de contaminação de óleo, quais instrumentos de análise e controle são utilizados e se há materiais e grupamentos pré-organizados na possibilidade do resíduo chegar às praias da Baixada Santista.

Surpresa. A ex-prefeita questiona o Executivo sobre o tema porque ficou surpresa com o posicionamento do Governo Estadual que monitora a possibilidade de risco ambiental, mas, caso o litoral paulista seja atingido, afirma que atuará de acordo com as diretrizes da União.

Conduta preocupante. "A conduta do Governo Estadual é preocupante porque nós sabemos que o Governo Federal é omissivo. As manchas de óleo começaram a ser identificadas há 50 dias e nenhuma providência foi tomada até agora. Por isso, a Prefeitura de Santos precisa assumir o protagonismo nesta questão e elaborar um plano preventivo de emergência", defende Telma.